



SÃO PAULO TRANSPORTE S/A
Gerência de Auditoria Interna

Rua Boa Vista, 236, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01014-000
Telefone: (11) 3396-6862 - www.sptrans.com.br

Ata de Reunião

SÃO PAULO TRANSPORTE S/A - SPTrans

CNPJ 60.498.417/0001-58 NIRE 3530001471-5

CONSELHO FISCAL

Ata nº CF 010/21

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da São Paulo Transporte S/A, realizada em 29 de outubro de 2021.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às dez horas, em atendimento às exigências contidas no Parágrafo Único do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia; aos Pronunciamentos manifestados e às Interpretações, Orientações e Revisões igualmente emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); às diretrizes estabelecidas no Artigo 163 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que rege as Sociedades Anônimas; e às regras instituídas pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, intitulada Lei das Estatais, reuniram-se, por meio de videoconferência, os Membros do Conselho Fiscal desta Companhia, que esta Ata subscrevem.

Pela competência e visando ao cumprimento da respectiva pauta, também participaram da reunião a Srta. Lúcia Helena Rodrigues Capela, Chefe de Gabinete da Presidência; a Sra. Selma Quaresma da Silva, Superintendente Financeiro; o Sr. Claudio Roberto Rodrigues, representante da Gerência Contábil; o Sr. Ricardo Fischer da Luz e Sra. Fabiana Fuyumi Morimoto, responsável e representante da Assessoria de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno, respectivamente; Sra. Lucimeire Lino dos Santos Lourenço, Ouvidora; Sr. José Geraldo Pereira de Jesus, responsável pela Assessoria Administrativa; a Sra. Jesuina Florencio, Gerente de Auditoria Interna o Sr. Pedro de Amorim Lopes, representante da Auditoria Interna

1. Pendências da reunião de setembro/2021:

- **Atualização das informações sobre as providências visando à quitação de valores a receber junto à SMT.**

A Srta. Lúcia Capela esclareceu que o SMT alegou que os valores a receber encontram-se prescritos, porém, segundo a mesma suposta prescrição ocorreu enquanto o processo estava parado naquele órgão, portanto, no seu entendimento não ocorre prescrição enquanto o processo estiver parado na administração, portanto, encaminhou o processo para que o jurídico da SPTrans elabore um parecer sobre isso e em seguida o processo será devolvido ao SMT e, se necessário suscitar a câmara de solução de conflitos da PGM.

Complementando, a Sra. Selma Quaresma esclareceu que do total de 108 milhões dos valores a receber junto à SMT, R\$ 17 milhões foram reconhecidos como devidos por aquele órgão encaminhados à Secretaria da Fazenda para liberação dos valores e o restante foi tido como prescrito pela SMT.

O colegiado consigna que tomou ciência dos fatos e agradece à diretoria pela evolução e cobrança de providências junto à SMT, reiterando a necessidade de que isso continue no mês de novembro e nos meses subseqüentes até a resolução final da questão.

Pauta de outubro/2021:

1. **Resultado da Redução de Despesas em cumprimento ao Decreto nº 60.041/21 - Sr. Anderson Clayton Nogueira Maia, Diretor de Administração e de Infraestrutura.**

O Sr. Geraldo Pereira de Jesus, da Assessoria Administrativa efetuou apresentação esclarecendo que a prefeitura editou o decreto municipal 60.041/21, onde solicitou que a administração direta e indireta fizesse a renegociação dos contratos, visando obter alguma economia; que a SPTrans montou um grupo de trabalho, conforme Comunicado da Presidência n.º 002/21; que o grupo de trabalho manteve conversas com os gestores dos contratos e com as empresas; que tiveram algumas dificuldades por conta das Leis 8.666/93 e 13.303/16; que os contratos da SPTrans vigentes em janeiro/21 eram 82; que foram renegociados 69 contratos; que conseguimos uma economia em torno de R\$ 10,5 milhões, com redução de objeto, cancelamentos e até alguns descontos na aplicação de reajustes; que os dados foram encaminhados ao COGEAI e DECAP, finalizando informou que esta apresentação será encaminhada ao colegiado.

O colegiado tomou ciência dos fatos e agradeceu ao Sr. José Geraldo pela apresentação, solicitando que quando da devolutiva do DECAP e do COGEAI sobre os resultados alcançados pela empresa, a mesma seja informada ao colegiado na primeira reunião subseqüente.

2. **Acompanhar as despesas de pessoal: Folha de Pagamento e Encargos.**

Ciência da planilha resumo elaborada pela Gerência de Administração de Recursos Humanos.

O colegiado consigna que, retomando o tema da ata de agosto/2021, com relação a proposta de reajuste salarial formulado pela Conselho de Administração, a Chefe de Gabinete Srta. Lúcia Capela informou que parece ter havido reconsideração por parte do COGEAI e JOF com relação ao índice de reajuste salarial proposto de 2,61%, que a informação ainda não está fechada e, assim que for o colegiado será informado.

Na seqüência, o colegiado solicitou que a planilha referente à folha de pagamento e encargos fosse colocada em tela para verificação de como se dará o comportamento dinâmico da despesa de pessoal para o final desse exercício e fez questionamentos sobre os cargos comissionados em relação aos cargos de carreira;

Respondendo aos questionamentos a Srta. Lúcia Capela esclareceu que o TCM não questiona o percentual entre cargos de confiança e de carreira por entender que a proporção está adequada, pois a empresa tem nos cargos ocupados hoje, em torno de 1.540 empregados de carreira e 215 de confiança, sendo que a quantidade aprovada é de 279 cargos de confiança e 2.093 cargos de carreira, ou seja, não estão todos preenchidos; que todas as áreas da empresa entregaram em outubro/21 um mapeamento organizacional, dizendo quais processos cada área tem e quantas pessoas a área necessita para realizar cada processo; que os mapeamentos foram encaminhados para a área de Organizacional e RH para avaliação, a fim de que a empresa possa verificar a real necessidade de contratações, visando a realização de concursos interno e posteriormente externo.

O colegiado consigna que verificou a situação da folha de pagamento tanto no seu processamento formal quanto nos seus critérios materiais e deu-se por satisfeito com as respostas a estes e outros questionamentos emitidos, solicitando à diretoria que os deixem a par das evolutivas sobre este assunto.

3. Trabalhos referentes ao Sistema de Tratamento de Denúncias – Apresentação pela Ouvidora do Relatório de Setembro/2021 – Sra. Lucimeire Lino dos Santos Lourenço – DP/GAB/OUV.

A Sra. Lucimeire, Ouvidora procedeu a apresentação do Relatório referente a Setembro/21, esclarecendo que dentro a Ouvidoria também participa do grupo de importunação sexual, onde foi montado um posto de atendimento à mulher no Terminal Sacomã, onde uma empregada da SPTrans faz a triagem junto com uma Assistente Social que esta ligada a Secretaria de Direitos Humanos. A seguir apresentou todos os slides referentes às demandas recebidas pela Ouvidoria até o mês de setembro/21, perfazendo um total de 2.467; que as maiores demandas estão sempre ligadas ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que vem de órgãos públicos e na sequência as demais demandas; que existem muitas demandas que são registradas como denúncia, porém, tratam-se na verdade de reclamações; que já estão em contato com o 156 para correção desses registros junto aos operadores do sistema em conjunto com a nossa área de Treinamento e que acredita que isso proporcionará uma grande diferença dentro da qualidade de enquadramento das demandas; que todas as demandas são tratadas e analisadas.

Em complemento, a Srta. Lúcia Capela esclareceu que existem vários canais de atendimento, ou seja, entram demandas por múltiplos canais e a Ouvidoria acaba prestando serviços de primeira instância, que não seria a vocação dela; que a Ouvidoria precisa prestar um atendimento de segunda instância, quando o usuário já reclamou onde deveria e nada foi feito; que a empresa, com base numa orientação da própria área de atendimento da prefeitura, criou um Comitê de Gestão de Atendimento para conseguir unificar as demandas e melhorar o atendimento ao usuário.

Na que sequência, a Ouvidora respondeu aos demais questionamentos colocados pelo colegiado que se deu por satisfeito e agradeceu a apresentação, parabenizando a Ouvidora e sua equipe pelo trabalho que está sendo, desenvolvido, numa atribuição tão sensível e importante, pontuando que a Ouvidoria é o nosso último canal no controle de promoção de boas práticas, de resolução de problemas e situações inadequadas e que é um canal muito importante para o usuário.

4. Os trabalhos de Mapeamento de Risco na empresa. Explanção pelo Responsável pela Assessoria de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno – Sr. Ricardo Fischer da Luz - DP/ACO.

O Sr. Ricardo Fisher apresentou de forma resumida as principais atividades que foram desenvolvidas, juntamente com o Comitê de Conformidade, Gestão de Risco e Controles Internos que presta suporte às atividades da área por conter empregados de diversas áreas da empresa e, sendo assim todas as discussões sobre as metodologias e ferramentas que são desenvolvidas são discutidas no âmbito desse Comitê.

Iniciou apresentando a estrutura de governança adotada e implementada na empresa, principalmente em decorrência da Lei Federal 13.303/16, com destaque para a Assessoria em que está a frente e que tem as suas atribuições previstas pelo Estatuto Social nos artigos 33 e 34 e o Comitê de Conformidade e Gestão de Riscos, que conforme CDP nº 017/21, também passou a ser coordenado pelo mesmo; que dentre as principais atribuições estão que também são desenvolvidas em conjunto com outras áreas, está a questão do desenvolvimento e aplicação do Código de Conduta e o Canal de Denúncias, como bem apresentado pela Sra. Meire quando da exposição das atividades da Ouvidoria; que o Código de Conduta passou por um processo de revisão, com vigência a partir de 01/02/2021; que foi a primeira revisão realizada pela empresa; que o código está disponível nos principais portais de transparência, tanto da prefeitura quanto da empresa; que os membros do Comitê, recentemente, em setembro e outubro/21, passaram por um curso de capacitação referente a metodologia COSO, abordando os principais pontos de controles internos e identificação dos riscos. Na sequência, explanou sobre o processo de gestão de riscos, elucidando que o mesmo foi implantado há cerca de 2 anos, inicialmente com a instituição do Comitê e o principal ponto foi a elaboração do mapeamento de riscos, a partir dos principais processos da empresa, quanto o desenvolvimento de uma metodologia que fosse aderente as principais necessidades da empresa; que resumidamente o processo envolveu o estabelecimento do contexto, a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, com o levantamento das principais ações a serem tomadas nesse processo; que destaca ainda a necessidade de monitoramento, revisão constante e a comunicação e consulta com todas as partes interessadas e envolvidas nesse processo; que optou pelo processo de desenvolvimento da matriz de risco por entender ser um processo simples, de fácil visualização e percepção por todos os envolvidos e simples também na hora de reportar esses resultados para a alta direção e para as demais partes interessadas; que a matriz é 5X5, por entender que com isso a área consegue atribuir os graus de possibilidade e impacto de forma mais assertiva; que essa metodologia de avaliação de riscos

impacto x possibilidade, propicia um suporte para o gestor na hora de fazer a avaliação dos seus riscos, pois possui vários aspectos técnicos e operacionais, a fim de evitar qualquer tipo de subjetividade na hora de atribuir os níveis de risco da sua área.

Resumi que o primeiro processo de identificação de riscos conseguiu compilar um universo de 94 riscos, divididos em diretorias; que a diretoria de Administração e Infraestrutura tem uma quantidade próxima a metade do total do rol de riscos identificados, por conta da sua grande estrutura e por envolver as áreas Financeira, de Administração e RH; que dos 94 riscos, cerca de 31(1/3) riscos, foram definidos como riscos críticos, que são os que, dentro dessa metodologia são riscos diretamente ligados à execução da missão da empresa; que são atividades que o advento do seu acontecimento podem impactar diretamente os objetivos estratégicos da empresa e o cumprimento de sua missão; que entende que a forma de tratamento ser executada para esses riscos é a mitigação, ou seja, que o aprimoramento e formalização de controles internos de ações preventivas podem mitigar essas ocorrências seja na possibilidade ou impacto desses riscos; que existe um plano da área para a formalização de todos os controles internos; que na atualidade, 21 (2/3) dos riscos críticos tem pelo menos um tipo de controle interno formalizado e 10 riscos críticos ainda não possuem nenhum tipo de controle formalizados, sendo que esses possuem pelo menos 1 (uma) ação de controle, porém, nem todas essas ações estão documentadas; que é um trabalho que a área Assessoria de Conformidade e Gestão de Riscos está desenvolvendo; o processo de gestão de riscos é compilado numa planilha online; que nessa planilha consta todo o histórico do processo, com a descrição do risco, suas conseqüências, seus graus de impacto e possibilidade, seu nível, a existência ou não de um procedimento formal de controle interno, qual o seu plano de contingência, verificação de riscos residuais, quem são os responsáveis pelo acompanhamento e algumas recomendações que são atualizadas mês a mês, conforme as reuniões do Comitê de Conformidade e Gestão de Riscos e Controle Interno.

O Sr. Ricardo apresentou a seguir algumas das ferramentas de controle desenvolvidas ou absorvidas dentro da bibliografia existente; esclareceu que o diagrama de espinha de peixe tem sido utilizado para que, a partir de um risco identificado, as áreas analisem quais são as principais causas que levam a ocorrência desse risco, de forma que as ações do área de Gestão de Riscos para desenvolvimento de controles internos sejam direcionadas para as causas apontadas; que essas ações são colocadas no formulário 5W2H, a fim de se conseguir obter uma evolução intermediária dessas ações, melhorando a forma anterior, onde havia apenas o compromisso da instituição de um controle interno pela área; que fora isso a área de Gestão de Riscos tem também alguns formulários voltados ao registro mensal do quantitativo de ocorrências destes riscos críticos pelas áreas, formulário este feito na ferramenta Google e disponibilizado mensalmente; que fizeram também uma avaliação dos controles internos com todas as áreas envolvidas para que elas reportassem a existência ou não de um controle formalizado e, no cenário de existência desse, que ela apontasse qual seria esse controle, onde ele está e qual o seu código, de forma que esse trabalho, a nosso ver, poderá subsidiar o plano de ação de trabalho da Gerência de Auditoria Interna, a fim de que esta, como 3ª linha de defesa teria condições de fazer a checagem de eficiência e eficácia desses controles hoje existentes e nos reportar através de seus relatórios, caso julgue necessário algum aprimoramento dos mesmos; que atualmente sua área está em processo de revisão da matriz de riscos, pois os riscos cadastrados foram identificados num cenário anterior à pandemia e anteriormente também, a assinatura dos novos contratos de concessão do sistema de transporte, sendo assim, entendemos que podem ter havido mudanças nos processos e/ou nos objetivos estratégicos das áreas; que atualmente estão na primeira etapa desse processo, que consiste nas áreas reportarem os riscos identificados, considerando todos os principais processos de trabalho de cada área, juntamente com as metas que elas tem estabelecidas na gestão estratégica, com atenção

especial àquelas que pertencem ao Compromisso de Desempenho Institucional – CDI e ao Plano de Metas da Prefeitura, o qual fez com que a SPTrans absorvesse algumas metas.

A título colaborativo, o colegiado pontuou apenas duas questões: os riscos de alto impacto e alta probabilidade e os riscos de alto impacto e probabilidade menor, solicitando ao Sr. Ricardo que fizesse uma exposição de quais são esses riscos, se eles já estão com seu mapeamento documentado e formalizado, quais são as medidas que estão sendo tomadas para minimizar, seja a possibilidade de ocorrência, seja o impacto desses riscos caso efetivamente nós tenhamos essa ocorrência efetivada.

Atendendo à solicitação o Sr. Ricardo esclareceu que um risco muito alto é referente à questão financeira, ou seja, as dotações orçamentárias solicitadas pela SPTrans que, porventura acabam sofrendo algum tipo de redução na sua análise e conseqüente aprovação pelos órgãos competentes, ou seja, envolve desde a Câmara de Vereadores, como também, alguns congelamentos que ocorrem no decorrer do exercício anual, o que acaba gerando um efeito cascata, pois se não há dinheiro para investimento, todos os outros riscos acabam acontecendo; que existem ainda questões envolvendo o RH, a gestão dos contratos de concessão, questões de informática, a prestação de atendimento ao usuário do bilhete único, questões de infraestrutura de gestão, atrelados tanto as melhorias da infraestrutura do sistema, quanto do contrato de concessão; que entende que para todos esses riscos, uma das causas decorre das ações da SPTrans e por conta disso, estão junto às áreas, desenvolvendo ações de controle quando identificada a inexistência de um procedimento formalizado; que no caso do Financeiro é esse trabalho que estão fazendo pois, a área identificou a existência dos procedimentos e das ações, porém, não existe a formalização desses processos; que houve um compromisso da área através das ações do 5W2H, de fazer toda uma avaliação dos principais processos da equipe e das atividades que ali são executadas e colocar isso no papel, de forma a minimizar a ocorrência, seja pela possibilidade ou seja pelo impacto.

O Sr. Ricardo esclareceu que foi encaminhado ao colegiado o material dessa apresentação, que contempla a relação pontual risco a risco, o que cada área tem formalizado ou proposto a ser desenvolvido.

O colegiado indagou se já existe um cronograma ou expectativa de prazo para a conclusão da documentação dos processos de controle e mapeamento dos riscos para evitar a institucionalização do conhecimento, ou seja, evitar que pessoas que detêm os processos se aposentem ou saiam da empresa sem que esse conhecimento tenha sido formalizado, gerando um problema para a gestão desses riscos.

O Sr. Ricardo respondeu que nesse aspecto existe a expectativa de que isso seja finalizado ou que pelo menos seja elaborada uma minuta desses controles internos até o ano que vem, porém, se faz complicado estabelecer uma data, pois ainda estamos no processo de revisão dos riscos; que com o advento de uma nova matriz que espera que seja finalizada até o começo do ano que vem e, com a vinda de novos riscos críticos, talvez seja necessário prolongar esse trabalho de gestão de conhecimento e de desenvolvimento dos controles internos, por abarcar novas questões que até o presente momento não estão sendo consideradas nesse atual mapeamento, complementando que existe sim, um compromisso não só da sua área mas da empresa, a ponto da área ter instituído uma meta, dentro do programa de metas, contemplando a formalização de fato de todos os controles internos para os riscos críticos até dezembro do ano que vem.

O colegiado indagou então, que pelo que foi dito, a matriz ficaria pronta até o começo do ano que vem e o pacote completo incluindo, matriz com mapeamento e documentação ficariam prontos até o final do ano que vem e Sr. Ricardo confirmou que a expectativa é de que esses trabalhos sejam executados dentro desse prazo.

Questionado ainda se o Conselho de Administração já estava ciente desses prazos, o Sr. Ricardo respondeu que ainda não pois, estão aguardando o fechamento desse processo de revisão da matriz e, a partir da definição dos novos riscos críticos, a expectativa é levar para apreciação da diretoria executiva e para o Conselho de Administração.

O colegiado consigna então que irá aguardar o final do processo de mapeamento da matriz de risco em janeiro ou fevereiro do ano que vem e quando concluída o colegiado solicita, como devolutiva, que uma breve exposição seja feita a ele e, a partir daí o colegiado aguardará a submissão da matriz com o planejamento para a formulação de toda a documentação necessária até o final de 2022, pois uma das atribuições principais do Conselho Fiscal é fazer acompanhar a gestão de riscos e o controle da regularidade da companhia.

Encerrada a apresentação, o colegiado agradeceu ao Sr. Ricardo e sua equipe pelo trabalho que está sendo desenvolvido, pontuando que a apresentação foi de uma qualidade excepcional, enfatizando estarem extremamente satisfeitos com a apresentação e com o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Comitê para o mapeamento dos riscos e ações de precaução.

5. Ciência das atas de Reunião de Diretoria referentes ao mês de setembro/2021.

A Srta. Lúcia Capela fez uma explanação dos principais pontos das atas de reunião de diretoria referentes ao mês de setembro:

1. A retomada do contrato com a Vivenda da Criança; que se trata de um contrato que visa a intermediação de aprendizes para cumprimento da cota legal, pois os aprendizes haviam sido dispensados por conta da pandemia e agora esse contrato foi retomado em setembro/2021, com a emissão de ordem de serviço; que atualmente os aprendizes estão em treinamento na associação de intermediação e, em dezembro, os mesmos devem retornar as atividades dentro da empresa
2. Em 14 de setembro foi deliberada a contratação dos serviços de auditoria independente; que demorou bastante, pois foi um pedido do CAE que essa contratação fosse feita por Técnica e Preço, que é uma licitação mais demorada e até o próprio termo de referência é bastante complexo e alguns pedidos deles que não tinham respaldo jurídico tiveram que ser revistos e até o próprio edital teve que ser revisto, porém, esta caminhando e houve autorização da diretoria para início da licitação agora em setembro.

3. Outro item que já havia sido tratado em agosto é o da recuperação de crédito de R\$ 57 milhões do PASEP, pois a diretoria autorizou a utilização do montante e o início da compensação, o que foi informado ao Conselho de Administração e estamos acompanhando para ver se a Receita vai homologar essa compensação, pois temos uma média de R\$ 1 milhão de compensação ao mês e como esse valor é alto, a Receita já deve abrir um procedimento de fiscalização na sequência, sendo assim, aguardaremos o documento de fiscalização para sabermos qual será a determinação.
4. Em 29 de setembro, tivemos uma reunião extraordinária para tratar sobre o aditivo dos contratos de concessão; que os aditivos não são feitos pela SPTrans e sim pela Secretaria Executiva de Transportes – SETRAN, porém, é a SPTrans que dá os elementos para esse aditivo e por isso há uma determinação que tudo que é do sistema passe por autorização da diretoria executiva; que na verdade a diretoria executiva da SPTrans aprova a proposta de aditamento e manda para a Secretaria fazer efetivamente o aditamento; que o aditamento foi feito e alinhado com o pedido da JOF de redução de custos do sistema de transporte.
5. Outro item foi a autorização para assinatura de um termo de ajustamento de conduta da Secretaria Municipal do Verde, onde se faz necessário o plantio de árvores para compensação de obras que foram realizadas; que é um item importante que foi trazido para informação da diretoria em 30 de setembro e onde foram liberados os recursos para o projeto de acessibilidade dos terminais; que este item terá uma multa de R\$ 1 bilhão de reais se não for cumprido, por conta de um acordo num processo judicial; que por conta das PP dos terminais a empresa não estava conseguindo cumprir este item, pois a JOF não estava liberando os recursos para a continuidade desse projeto, porém, agora foi feito um alinhamento para essa liberação.
6. Outro item da reunião de 30 de setembro foi o informe à diretoria do trânsito em julgado da ação civil pública que determina a contratação de deficientes por conta do não cumprimento da cota; que temos até o dia 13 de agosto de 2022 para a apresentação de um plano para a realização de concurso e, para isso estamos trabalhando em um plano de mapeamento organizacional para que este plano contemple não só o concurso para deficientes, mas também para suprir as necessidades da empresa.
7. Outro item relevante do dia 30 de setembro foi a informação trazida pelo jurídico de que eles estão numa conciliação na Câmara de Solução de Conflitos porque a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras – SIURB, fez um viaduto num imóvel da SPTrans sem desapropriação e estamos no prazo para entrar com ação judicial para solicitar a desapropriação indireta, sendo assim, antes de entrarmos com esta ação, pedimos a instauração da Câmara e a SIURB fez uma proposta para pagamento dos R\$ 18 milhões que são devidos em razão dessa desapropriação indireta que seria pagar 30% em 2022 em 12 vezes, em 2023 pagar 25%, em 2024 outros 25% e em 2025 os últimos 20%; que essa proposta será formalizada pelo Comitê para que possa ser aprovada pelo Conselho de Administração da SPTrans, pois como se trata de ativo imobilizado, o CONSAD tem que autorizar; que a preocupação era a questão cartorária, entretanto, o acordo também já está prevendo isso e constará que após a quitação a SIURB ficará responsável por toda a transferência do imóvel, inclusive com pagamento de emolumentos se houver e, isso

constará do termo de acordo; que a ata ainda não foi fechada por conta da discussão sobre a atualização dos valores, pois sem essa atualização haverá perda real de valor e isso terá um efeito jurídico e a SPTrans terá que reconhecer prejuízo quando houver a alienação desse imóvel.

O colegiado consigna que com as excelentes explanações feitas pela Srta. Lúcia Capela, em seu resumo dos pontos mais significativos das deliberações das reuniões de diretoria, tomou ciência das atas sem nenhuma deliberação a fazer.

6. Ciência da ata do Conselho de Administração nº CA/013/21, de 31/08/2021.

A Srta. Lúcia Capela fez uma explanação dos principais pontos da ata CA/013/21, de 31/08/21:

1. Nessa ata o Conselho de Administração solicitou que fosse elaborada a política de segurança da informação, a qual foi apresentada na reunião de outubro/21.
2. A questão da preocupação do CAE com a sustentabilidade; que a SPTrans está apresentando algumas questões onde a empresa está envolvida e uma delas é referente a frota limpa, pois existe um prazo para a cessação da utilização do combustível fóssil no sistema de transporte; que a dificuldade para isso se dá por conta de que o mercado tem escassez de veículos dessa natureza e os que estão disponíveis são muito caros, chegando a custar de três a quatro vezes mais que o valor de um veículo movido a diesel.

O colegiado consigna a análise e ciência somente da ata CA de agosto/21, em razão da ata de setembro ainda constar pendente de aprovação.

7. Exame do Balancete referente ao mês de agosto de 2021.

O Sr. Claudio Roberto Rodrigues, representante da Gerência Contábil esclareceu que o principal ponto referente ao mês de agosto/2021, versa em esclarecer que a companhia está com um lucro acumulado societário de R\$ 135 milhões, principalmente pelo fato da homologação dos parcelamentos, onde várias dívidas foram reduzidas e passaram a ser receita; que com essa reversão várias despesas viraram receita, sendo uma parte tributável e outra não tributável; que vários demonstrativos foram afetados por esta reversão de parcelamento; que quanto ao restante são variações normais sem expressividade mais substancial.

O colegiado tomou ciência das demonstrações contábeis antecipadamente encaminhadas pela Contabilidade, dando como revisadas e aprovadas sem ressalvas as contas referentes ao Balancete de Agosto/2021.

8. Análise do Relatório de Acompanhamento dos dados realizados da execução orçamentária relativa ao período de janeiro a setembro de 2021.

A Sra. Selma iniciou o reporte sobre a conta Sistema, enfatizando que a inflação subiu e está acumulada em 7,27% ao ano e que nossa tarifa segue congelada; que a quantidade de passageiros transportados permaneceu estável em setembro/21, porém, estamos sentindo uma leve recuperação dos passageiros, porém, ainda num ritmo lento; que houve uma queda na receita total de aproximadamente 6% neste mês e os recursos que incluem as compensações tiveram uma redução de 23% e o desembolso teve uma queda de 5%; que no desembolso não houve o pagamento da frota parada; que foi houve redução da frota e com isso a frota parada não será mais remunerada; que isso acontecerá a partir de outubro; que a frota parada de agosto ainda será paga, em 3 parcelas (outubro/novembro e dezembro), totalizando R\$ 35 milhões que serão pagos pela conta Sistema e a SPTrans faz a gestão de como estão sendo feitos os desembolsos; que na questão do Atende, hoje todas as nossas demandas estão sendo atendidas.

Prosseguindo efetuou a explanação sobre a conta Gestão esclarecendo que, onde foi efetuada uma revisão das necessidades de caixa e fizemos um pedido à JOF para liberação de R\$ 28 milhões e estamos aguardando retorno com o posicionamento daquele órgão; que dependendo desse posicionamento, iremos estudar as alternativas possíveis e, se necessário até mesmo a utilização do 3,5%; que destaca ainda que a Receita Total do mês teve uma queda de 25%, esclarecendo ainda sobre os demais tópicos da conta Gestão;

Encerrada a apresentação, o colegiado agradeceu a apresentação completa e esclarecedora da Sra. Selma e que a exposição trazida esclareceu os pontos mais relevantes do orçamento financeiro e da execução financeira da companhia para o último mês, não restando ao colegiado maiores indagações ou questionamentos.

9. Outros Assuntos de interesse da Companhia.

Solicitando a palavra, a Srta. Lúcia Capela comunicou ao colegiado que no dia 19 de novembro/21, será realizada uma Assembléia Extraordinária, com autorização da JOF, para reforma do Estatuto Social da empresa, com o acréscimo e modificação de alguns objetos, sendo que o colegiado parabenizou a diretoria pela iniciativa.

10. Encerramento da reunião.

Cumprida a pauta previamente estabelecida, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, diante da ausência de qualquer manifestação, esta reunião foi declarada encerrada às 12h25 e, para o devido registro, foi lavrada esta Ata, que, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Membros deste Conselho Fiscal presentes à reunião, para subsequente publicação.

RAFAEL BARBOSA DE SOUSA
Presidente do Conselho Fiscal

PATRÍCIA DI DONATO FIRMINO
Membro do Conselho Fiscal

THIAGO RODRIGUES LIPORACI
Membro do Conselho Fiscal



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Di Donato Firmino, Conselheiro(a) Fiscal**, em 12/01/2022, às 16:34, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Barbosa de Sousa, Usuário Externo**, em 21/01/2022, às 19:50, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO RODRIGUES LIPORACI, Usuário Externo - Cidadão**, em 15/02/2022, às 11:07, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **057275495** e o código CRC **267EC15E**.